



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de Unai / Unidade Jurisdicional da Comarca de Unai

Rua Virgílio Justiniano Ribeiro, 555, Centro, Unai - MG - CEP: 38610-001

PROCESSO Nº: 5003881-45.2024.8.13.0704

CLASSE: [CÍVEL] PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA (14695)

ASSUNTO: [Fornecimento de medicamentos]

ANDREIA FABIANA DA SILVA MESQUITA CPF: 065.261.516-39

MUNICÍPIO DE UNAI CPF: 18.125.161/0001-77 e outros

DECISÃO

Trata-se de ação ajuizada por **ANDREIA FABIANA DA SILVA MESQUITA** em face do **ESTADO DE MINAS GERAIS** e do **MUNICÍPIO DE UNAÍ**. Requer, liminarmente, o fornecimento do medicamento RINVOQ 15mg.

Nos termos do artigo 300 do CPC/2015, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

A parte autora trouxe aos autos relatório médico (IDs 10226359240, 10226345591, 10226367945 e 10226344797), receituário (ID 10226331158), exames (ID 10226371333) e imagens da dermatite (ID 10219709695).

Inicialmente, no que tange à probabilidade do direito, o direito à saúde é um direito constitucionalmente consagrado, sendo direito de todos e dever do Estado (artigo 196 da Constituição Brasileira).

As ações e serviços públicos de saúde que integram o Sistema Único de Saúde devem ser desenvolvidos conforme vários princípios, dentre os quais se destacam o da universalidade do acesso e o da integralidade da assistência (artigo 7º, I e II da Lei n. 8.080, de 1990), dos quais se depreende que a assistência médica prestada deve ser feita com as tecnologias mais avançadas para proporcionar o melhor tratamento médico à pessoa humana e, em última análise, os fundamentais direitos à vida e à saúde.

Consigno que este Juízo passou a adequar o entendimento ao julgamento do Superior Tribunal de Justiça, REsp 1657156, em que foi deliberado que: *“Constitui obrigação do Poder Público o fornecimento de medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS, desde que presentes, cumulativamente, os*



requisitos fixados neste julgado, a saber: I - Comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo SUS; II - Incapacidade financeira de arcar com o custo do medicamento prescrito; e III - Existência de registro na ANVISA do medicamento”.

Verifica-se que o relatório médico de ID 10226359240 esclarece que a parte autora apresenta "diagnóstico de Dermatite Atópica há alguns anos, sendo que, há cerca de 5 meses, houve exacerbação importante da doença, com generalização das lesões (acometendo face, pescoço, tronco, membros superiores e membros inferiores), com infecção secundária, atingindo SCORAD = 83".

Assevero que o medicamento pleiteado não é fornecido pelo SUS e a nota técnica de ID 10302311727 informa que são disponibilizados os seguintes fármacos para o tratamento da autora: ciclosporina, metotrexato, dupilumabe, micofenolato de mofetil.

Entretanto, o laudo médico indica que a paciente mostrou-se pouco responsiva ao tratamento convencional, sendo necessário manter corticoterapia oral contínua, mesmo após associação de outro imunossupressor (ID10226359240).

Ademais, indica que o tratamento em vigência não teve controle clínico esperado - SCORAD=51, com uso de: "Corticoterapia VO: Inicialmente com prednisolona e atualmente com Deflazacort; Metotrexato VO: atualmente com 20mg/semana; Fototerapia com 2x semana (há mais de 8 semanas); Anti-histaminico VO- para infecções secundárias; Restauração da barreira cutânea com sabonete e hidratantes específicos; Corticoterapia tópica; Inibidor de calcineurina tópico (Tacrolimus)".

Consta, ainda, que a paciente foi submetida a tratamento com ciclosporina e metotrexato, sem melhora (ID 10303535249).

Finalmente, o médico alergista justificou a prescrição do fármaco:

"RINVOQ® (Upadacitinibe), trata-se de um inibidor oral seletivo e reversível de JAK. O nome JAK deriva de Janus quinase, que são enzimas intracelulares envolvidas em diversos processos fisiológicos e também em algumas doenças imunomediadas, como a dermatite atópica. Essas enzimas funcionam como mensageiros intracelulares, levando informações de fora da célula para o núcleo, determinando ações celulares pró-inflamatórias. Desenvolvido pelo laboratório AbbVie, Upadacitinibe é um inibidor de JAK 1 que vem sendo estudado em várias doenças inflamatórias imunomediadas. No caso da dermatite atópica, ao inibir a ação da JAK 1, o medicamento modula a ação das substâncias envolvidas no processo inflamatório, interrompendo o ciclo da doença desde o início. A aprovação baseia-se em dados de um dos maiores programas de Fase 3 já realizados em dermatite atópica, que avaliou o medicamento administrado em monoterapia ou em combinação com corticosteroides de uso tópico. Nos estudos, o medicamento alcançou todas as metas primárias e secundárias pré-estabelecidas, demonstrando melhora rápida e significativa das lesões na pele e redução da coceira, em comparação com o grupo que recebeu placebo, na semana 16 ou antes ($p < 0,001$). Os resultados na semana 16 foram mantidos até a semana 52 do estudo. O perfil de segurança de RINVOQ® (upadacitinibe) é corroborado por programas clínicos com mais de 10.500 pacientes, entre indicações e experiência em mundo real em dermatite atópica e artrite reumatoide. A aprovação pela ANVISA foi publicada no DOU (<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-re-n-1355-de-28-de-abril-de-2022-396547245>) em 02 de maio de 2022. Cumpre salientar que não existem medicamentos semelhantes ao RINVOQ® (upadacitinibe), com ação inibitória seletiva e reversível de JAK 1, aprovados no Brasil. **Esperamos que o medicamento controle a dermatite atópica do paciente, sem os efeitos adversos do tratamento atual e diminuindo riscos. Portanto o RINVOQ® (upadacitinibe) é indispensável e urgente para o tratamento do paciente**" (ID 10226359240).



Assim, restou comprovada a necessidade do medicamento pleiteado, ante a ineficácia dos fármacos fornecidos pelo SUS, uma vez que a parte autora está em tratamento há anos sem melhora do quadro clínico, o que tem comprometido a sua qualidade de vida.

Assim, entendo que restou demonstrada a probabilidade do direito.

Além disso, também restou evidenciado o perigo da demora, uma vez que houve generalização das lesões.

No que se refere à hipossuficiência econômica, a parte autora juntou informes de rendimentos financeiros e declaração de hipossuficiência, que corroboram suas alegações de incapacidade financeira para arcar com o custo do medicamento.

Assim, DEFIRO a medida liminar para determinar que os réus forneçam à parte autora, no prazo de 5 dias, o medicamento RINVOQ 15mg, na quantidade prescrita e enquanto perdurar a necessidade, mediante apresentação de receita mensal, sob pena de apuração de responsabilidade por descumprimento da determinação judicial.

Citem-se/Intimem-se os requeridos.

Após, intime-se para impugnação.

Finalmente, conclusos para sentença.

Unai, data da assinatura eletrônica.

FERNANDA LARAIA ROSA

Juiz(íza) de Direito

Unidade Jurisdicional da Comarca de Unai

